



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO

### Edital do Pregão Eletrônico n.º 55/2023

(Regido pela Lei Complementar 123/06, pela Lei 10.520/02, pelo Decreto 10.024/19 e subsidiariamente pelas Leis 8.078/90, 8.666/93, 9.784/99 e alterações).

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA COBERTURA DOS IMÓVEIS UTILIZADOS PELO TRT DA 1ª REGIÃO (CNPJ 02.578.421/0001-20), conforme detalhado no Termo de Referência.**

**Data de abertura da sessão pública:**

19/01/2024 às 09:00h no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

**Tipo:**  
Menor preço

**Modo de disputa:**  
Aberto

**Exclusiva ME/EPP?**  
☐ Sim ☒ Não

**Processo:**  
16096/2023

**Valor total estimado:**  
R\$ 150.321,22

**Apresentação de amostra?**  
☐ Sim ☒ Não

**Margem ou direito de preferência?**  
☐ Sim ☒ Não

**Pedidos de esclarecimento e impugnações:**

Até o dia 16/01/2024

Os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço [pregao.eletronico@trt1.jus.br](mailto:pregao.eletronico@trt1.jus.br).

#### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUE DEVEM SER ANEXADOS AO SISTEMA NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL:

(veja seções VI e XIV)

##### Requisitos básicos:

1. SICAF\* ou documentos equivalentes;

##### Requisitos específicos:

1. Certidão informando que a arrematante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem de estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;
2. Portaria, publicada em diário oficial, ou atestado, expedido pela SUSEP, a fim de comprovar que a arrematante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinente ao objeto do certame, conforme descrito na especificação técnica;
3. Declaração do Modelo ANEXO V.

**Endereço da Assessoria de Licitação e Agentes de Contratação - ALC**

**Av. Presidente Antônio Carlos 251 – 3º andar – Centro – Rio de Janeiro**

**Tel. (21) 2380-6423/6424**

**Acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelos portais**

**[www.trt1.jus.br](http://www.trt1.jus.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)**



## PREGÃO ELETRÔNICO nº 55/2023

Processo nº 16096/2023

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, através de seu Pregoeiro, instituído pela Portaria nº 305/2023 da Presidência desta Corte, comunica aos interessados que, devidamente autorizado pelo Sr. Ordenador de Despesas nos autos do processo em referência, fará realizar licitação por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação - INTERNET, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**, bem como dos Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, **nº 10.024 de 20 de setembro de 2019**, nº 9.507 de 21 de setembro de 2018 e pelas cláusulas e condições constantes deste Edital e, subsidiariamente, pelas normas da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, com as devidas alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelo Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 19/01/2024, ÀS 09 HORAS.

UASG: 080009

### I - DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA COBERTURA DOS IMÓVEIS UTILIZADOS PELO TRT DA 1ª REGIÃO (CNPJ 02.578.421/0001-20)**, conforme detalhado no Termo de Referência.

1.1.1 O serviço deverá ser prestado conforme descrito no Termo de Referência.

1.1.2 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Sistema *Compras.gov* e as constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

1.2 Os licitantes poderão efetuar visita prévia aos imóveis elencados no Anexo I, para o conhecimento dos ambientes, instalações disponíveis e circunstâncias que condicionarão a execução dos serviços.

1.2.1 A vistoria poderá ser realizada até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura da Licitação, devendo, neste caso, ser previamente agendada



junto à Divisão de Gerenciamento de Bens Imóveis (DGEBI), através dos telefones (21) 2380-6396 e 2380-5253, das 9 às 15 horas.

**1.2.2** As dúvidas de natureza técnica porventura surgidas por ocasião da vistoria serão esclarecidas pela DGEBI, mediante expediente dirigido à Assessoria de Licitação e Agentes de Contratação (ALC), **via e-mail [pregao.eletronico@trt1.jus.br](mailto:pregao.eletronico@trt1.jus.br), até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas (conforme subitem 2.1 do presente edital). Observe-se que as vistorias realizadas após tal prazo, não possibilitarão pedido de esclarecimento tendo em vista o prazo previsto no art. 23 do Decreto 10.024/2019.**

**1.2.3** Por ser facultativa, a vistoria não ensejará a emissão de comprovante.

**1.3** Em hipótese alguma o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do serviço a ser prestado.

**1.4** Maiores informações referentes à perfeita caracterização do objeto, encontram-se minuciosamente descritas no Termo de Referência e demais anexos do presente instrumento convocatório.

**1.5** A despesa com a contratação pretendida correrá durante o presente exercício à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho nº **02.122.0033.4256.0033 – item 33.90.39 –** do Orçamento Geral da União.

**1.6 Fazem parte deste edital:**

- Termo de Referência;
- Anexo I – Planilha de Estimativa de Custos;
- Anexo II – Planilha de custos para preenchimento pela arrematante;
- Anexo III – Sinistralidade e Medidas de Prevenção Contra Incêndio;
- Anexo IV – Modelo de Declaração ref. Resolução nº 07/05 do CNJ;
- Anexo V - Modelo de Declaração ref. leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

**II - DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

**2.1** Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente ato convocatório ou enviar pedidos de esclarecimentos, por meio eletrônico, via internet, através do seguinte endereço: [pregao.eletronico@trt1.jus.br](mailto:pregao.eletronico@trt1.jus.br), informando o número do pregão.

**2.2** O pregoeiro decidirá sobre a impugnação e responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.



**2.3** A impugnação não possui efeito suspensivo.

**2.4** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**2.5** Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão respondidos pelo pregoeiro e divulgados nos sítios [www.trt1.jus.br](http://www.trt1.jus.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

### **III - DA REFERÊNCIA DE TEMPO**

**3.1** Todas as referências de tempo no edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### **IV - DA PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Esta licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico será realizada em sessão pública *online*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

**4.2.** Para participação neste Pregão, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, **as empresas deverão:**

- a) atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;
- b) estar devidamente credenciadas no sistema *Compras.gov*, da Secretaria de Gestão (SEGES) Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio do sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), para acesso ao sistema eletrônico;
- c) possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

#### **4.3 Não poderão participar:**

- a) empresas que estejam suspensas de participar de licitação com este TRT da 1ª Região, conforme disposto no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- b) empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a União Federal, conforme disposto no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 49, do Decreto nº 10.024/2019;



- c)** empresas que sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93;
- d)** empresas com falência decretada, sob as penas da legislação vigente, e empresas em recuperação judicial e extrajudicial, salvo se amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente;
- e)** consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- f)** servidores ou dirigentes deste órgão, conforme artigo 9º, III da Lei 8.666/93;
- g)** empresários proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98.
- h)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nesta condição, em observância ao entendimento fixado no Acórdão nº 746/2014-Plenário do TCU;
- i)** pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em atendimento ao disposto no artigo 2º, inciso VI, da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça;
- j)** É vedada a participação de corretores, consoante o § 3º do artigo 16 do Decreto nº 60.459/67, considerados o artigo 122 do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966, os princípios da licitação constantes da Lei nº 8.666/93 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal e jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a matéria (Decisões nº 938/2002-TCU-Plenário e nº 400/1995-TCU-Plenário), devendo a proposta ser apresentada por seguradora, na forma da alínea “b” do artigo 18 da Lei nº 4.594, de 29/12/1964.

## **V - DO CREDENCIAMENTO**

**5.1** Os interessados em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria de Gestão (SEGES), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) provedor do Sistema Eletrônico utilizado nesta licitação, no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), observado o seguinte:

- a)** o credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;



- b) o credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- c) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;
- d) o credenciamento do licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**5.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.3.** O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

## **VI - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**6.1** Os licitantes deverão encaminhar proposta, juntamente com os documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**6.1.1** Deverá ser consignado no campo apropriado do sistema eletrônico o **PREÇO GLOBAL PARA O PRÊMIO** referente a 31 (trinta e um) imóveis, durante 12 meses, para a prestação do serviço descrito no Termo de Referência, já incluídos todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

**6.1.2** No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” devem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto, bem como o prazo de validade da proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação daquele indicado neste edital.

**6.1.3** As **propostas terão validade de 90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**6.1.4** O cadastramento da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste Edital e seus anexos.





**6.2 É vedado ao licitante apor na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação.**

**6.3 No ato do cadastramento da proposta, os licitantes deverão anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no Capítulo XIII deste Edital.**

**6.3.1** Os licitantes ficarão dispensados de anexar os documentos de habilitação que estejam cadastrados e disponibilizados para *download* no SICAF, dentro do prazo de validade.

**6.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.**

**6.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.**

**6.6** Os licitantes devem encaminhar, no ato de envio de suas propostas, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:

- a) Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
- b) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração de elaboração independente de proposta;
- d) Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte;
- e) Que não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- g) Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no artigo 429 da CLT.



**6.7** O licitante declarará ainda, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

**6.8** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos e exigências estabelecidos nos subitens 6.6 e 6.7 sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

## **VII - DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1** A partir do horário previsto no preâmbulo do Edital terá início a sessão pública virtual do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**7.2** Iniciada a sessão pública, não serão admitidas solicitações de desistência de proposta.

**7.3** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

**7.4** O sistema eletrônico ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.

**7.5** O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no *chat*, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

**7.6** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública virtual do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou de sua desconexão.

## **VIII - DA ETAPA DE LANCES**

**8.1** Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**8.2** Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR GLOBAL PARA O PRÊMIO, referente a 12 (doze) meses de prestação do serviço, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes.**

**8.3** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.4** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, assim como não serão aceitos lances com mais de duas casas decimais, os quais serão cancelados.





**8.5** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.6** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.6.1** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## **IX – DO MODO DE DISPUTA**

**9.1** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **ABERTO**, conforme procedimento estabelecido no art. 32 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

**9.2** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (CEM REAIS).

**9.3** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação do critério de desempate estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

**9.3.1** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

**9.4** Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## **X - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

**10.1** Será julgada vencedora a proposta que, atendendo a todos os requisitos técnicos previstos neste Edital e no Termo de Referência, contiver o **MENOR PREÇO GLOBAL PARA O PRÊMIO** referente a 12 meses de prestação do serviço, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes.

## **XI – DA NEGOCIAÇÃO**

**11.1** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.



**11.1.1 A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (*chat*) disponibilizado no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.**

## **XII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**12.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no item XIII.

**12.2** A proposta do licitante classificado em primeiro lugar deverá ser encaminhada, já adequada ao último lance ofertado após a negociação, via sistema *Compras.gov* – por meio da funcionalidade “convocação de anexos” – no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação feita pelo pregoeiro no *chat* de mensagens, sob pena de desclassificação.

**12.2.2** A arrematante deverá apresentar sua proposta de preço de acordo com o modelo do Anexo II, informando, prazo de validade, sua razão social, CNPJ, número de telefone, e-mail e endereço.

**12.2.3** Não havendo indicação do prazo acima mencionado ou na hipótese de divergência em relação àqueles estabelecidos neste Edital, serão considerados os constantes deste.

**12.2.4** Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizado, para encaminhamento de documentos, o endereço eletrônico [pregao.eletronico@trt1.jus.br](mailto:pregao.eletronico@trt1.jus.br).

**12.3** Não incide sobre o valor do prêmio o recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (Decreto nº. 6.306/07, de 14/12/2007, arts. 2º, III, § 3º; 18 19 e 20).

**12.4** Na fixação do valor do prêmio, deverão ser consideradas as especificações de segurança existentes em cada imóvel, constantes do Anexo III (Sinistralidade e Medidas de Prevenção Contra Incêndio), objetivando a redução do fator de risco.

**12.5** Os valores dos imóveis a serem cobertos pelo seguro, constantes do Anexo I, foram estimados pelo TRT, tendo como metodologia adotada a área do imóvel multiplicada pelo Custo Unitário Básico (CUB) fornecido pelo SINDUSCON-Rio (Mês de referência - Julho/2023), incidindo o percentual de 20% referente à taxa de administração e sobre esse montante, 30% referente à taxa de incorporação média de mercado.



**12.6 O não envio da proposta adequada ao último lance ofertado significa a não manutenção da proposta. Nesse caso, será instaurado processo administrativo podendo culminar com a aplicação das sanções previstas neste Edital.**

**12.7 O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo as planilhas de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRT, ou quando forem constatados erros de somatório/cálculos ou erros relativos às alíquotas/percentuais de impostos.**

**12.8 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado, via sistema *Compras.gov*, no mesmo prazo estabelecido no subitem 12.2, a contar da convocação feita pelo pregoeiro.**

**12.9 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.**

**12.10 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor e, ultrapassado o prazo para recurso, o objeto do Pregão será adjudicado ao mesmo.**

### **XIII - DA HABILITAÇÃO**

**13.1 A habilitação do licitante será verificada mediante a análise dos seguintes documentos:**

- a) 1.** Registro Comercial, no caso de empresário individual;
- 2.** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado, tratando-se de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de sociedades simples, a inscrição do ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício. (Os documentos referidos neste item deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva);
- 3.** Decreto de autorização, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



- b)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- c)** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;
- d)** Prova de Regularidade para com a Seguridade Social (INSS);
- e)** Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f)** Prova de Regularidade para com a Receita Federal do Brasil;
- g)** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal, conforme o caso;
- h)** Certidões negativas de falências e recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da empresa;
- i)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, que deverão comprovar:
- i.1)** Consideram-se exigíveis o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do ano imediatamente anterior ao da presente licitação, caso a arrematante seja convocada à apresentação de sua proposta em data posterior ao último dia do mês de maio.
- i.2)** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), demonstrando valores superiores a 1, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$



**i.2.1)** As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 13.1, “i.2” deverão comprovar, no momento da habilitação, patrimônio líquido de, no mínimo, 10% do valor global estimado neste edital. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de documento assinado por profissional legalmente habilitado, desde que não seja possível a obtenção dessa informação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**j)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), consoante art. 29, V, da Lei nº 8.666/93;

**k)** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

**l)** Declaração de que não possui inscrição no Cadastro de Empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016 e da Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021 e de não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. nº 29 e 105, na forma do **ANEXO V**.

**13.2** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d)** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



**13.2.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).**

**13.2.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**13.3** O Pregoeiro verificará a habilitação do licitante por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), nos documentos por ele abrangidos, mediante consulta *online* e por meio da documentação complementar especificada neste edital.

**13.4** Os licitantes ficarão dispensados de apresentar os documentos de habilitação cadastrados no SICAF e dentro do prazo de validade.

**13.4.1 No caso do subitem 13.4, o pregoeiro verificará a conformidade das informações constantes na Declaração do SICAF com os correspondentes documentos anexados ao sistema.**

**13.4.2** O pregoeiro poderá emitir, por meio de sítio na internet, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) mencionada na alínea “j”, caso esta não esteja cadastrada no SICAF.

**13.4.3** Caso conste no cadastro do SICAF **ou tenha sido anexado ao sistema Compras.gov** algum documento de habilitação com data de validade expirada, o pregoeiro poderá efetuar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões (internet) e **emitir certidões atualizadas**, a fim de obter as informações necessárias à habilitação do licitante.

**13.4.4** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**13.4.5 Caso não seja possível a emissão de certidão eletrônica atualizada pelo Pregoeiro**, o licitante terá o prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação, para enviar o aludido documento atualizado via sistema Compras.gov.

**13.5** O pregoeiro verificará se o licitante efetuou, em campo próprio do sistema *Compras.gov*, a declaração a que alude o subitem 14.1, alínea “k”.





**13.6** Se as declarações a que aludem a alínea “I” do subitem 13.1 não forem anexadas ao sistema *Compras.gov* no momento do cadastramento da proposta, o pregoeiro solicitará que o arrematante proceda ao envio no prazo e na forma do subitem 12.2 do Edital.

**13.7** Os documentos de habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser anexados ao sistema *Compras.gov* no momento do cadastramento da proposta comercial, conforme disposto no subitem 6.3 deste Edital.

**13.8 O licitante deverá anexar juntamente com a proposta, na forma do subitem 6.3 do edital, os seguintes documentos de habilitação técnica expedidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade:**

- a) Certidão informando que a arrematante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem de estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.
- b) Portaria, publicada em diário oficial, ou atestado, expedido pela SUSEP, a fim de comprovar que a arrematante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinente ao objeto do certame, conforme descrito nesta especificação técnica.

**13.9** Os documentos exigidos poderão ser analisados pela unidade técnica para emissão de parecer técnico em eventual diligência instaurada pelo pregoeiro, o qual poderá considerá-lo no julgamento da habilitação.

**13.10** A Contratante poderá promover visita às dependências da arrematante e consulta às entidades competentes, a fim de comprovar a exatidão das informações contidas nos documentos requeridos.

**13.10.1** Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar do licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

**13.10.2** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**13.11** Caso o licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar o CNPJ desse estabelecimento para consulta *online* ao SICAF, observado o disposto no subitem 13.7.



**13.12** As Certidões terão o prazo de validade que lhes são próprios; inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**13.13** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no presente Edital.

**13.14** Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, deverá o licitante apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, em até 10 (dez) dias úteis, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às sanções previstas neste edital.

**13.15** A ausência do envio da documentação exigida para o certame ensejará a instauração de processo administrativo, que poderá culminar com a aplicação das sanções previstas neste Edital.

**13.16** Se a documentação de habilitação não estiver completa e em estrita conformidade com as exigências deste Edital, o licitante será inabilitado.

**13.17** As condições de habilitação deverão ser mantidas durante todo o procedimento licitatório.

#### **XIV - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**14.1** Declarada a empresa vencedora no sistema, qualquer licitante poderá manifestar, no prazo de 01 (uma) hora, motivadamente, em campo próprio, a intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso escritas, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.1.1** O encaminhamento das razões de recurso e das contrarrazões deverá ser feito somente por meio do sistema eletrônico.

**14.2** A falta de manifestação de recorrer no prazo de 01 (uma) hora importará em decadência do exercício do direito de recorrer. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

**14.3** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



**14.4** Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

## **XV - DA HOMOLOGAÇÃO**

**15.1** Não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e à Administração do TRT da 1ª Região, homologar o procedimento licitatório.

**15.2** Havendo recurso, a Administração do TRT da 1ª Região, após deliberar sobre o mesmo, fará a adjudicação do objeto, homologando o procedimento licitatório, na forma do artigo 45 do Decreto 10.024/2019.

## **XVI – DA APÓLICE DE SEGURO**

**16.1** Os termos da apólice emitida pelo licitante vencedor vinculam os contratantes naquilo em que não conflite com o disposto no Edital e no Termo de Referência.

**16.2** O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses, contados a partir das 24h (vinte e quatro horas) do dia 23/03/2024, com término às 24h (vinte e quatro horas) do dia 23/05/2025, ressalvada a hipótese de prorrogação contratual nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

**16.3** O início da vigência da apólice dar-se-á na data especificada no subitem 16.2 independentemente do pagamento do prêmio, conforme descrito no Guia de Orientação e Defesa do Segurado, constante no sítio eletrônico da SUSEP.

## **XVII - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**17.1** São obrigações e responsabilidades da Contratada as estabelecidas no item 7.0 do Termo de Referência e no contrato, bem como as estabelecidas neste item.

**17.2** A Contratada deverá ainda apresentar à fiscalização, declaração, na forma do Anexo IV deste Edital, de que não tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e de que não promoverá a inclusão em seu quadro profissional durante toda a execução contratual, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.



**17.3 A Contratada deverá observar os termos da Resolução Administrativa nº 09/2022, exarado pela Presidência do TRT da 1ª Região, o qual institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Contratante.**

#### **XVIII - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**18.1** A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, com atribuições específicas, formalmente designado por intermédio de Portaria, em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e no Ato nº 156, de 16/09/2019.

#### **XIX - DO VALOR ESTIMADO**

**19.1** O prêmio total estimado é de **R\$150.321,22 (cento e cinquenta mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos)**, de acordo com a planilha estimativa de custo do ANEXO I.

**19.2** Os valores unitários e global estimados pelo Tribunal deverão ser considerados pelos licitantes como preço máximo, conforme disposto no art. 40, inciso X da Lei 8.666/93.

#### **XX - DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**20.1** O contrato poderá ser reajustado, ante requerimento da Contratada, observada a periodicidade de 1 (um) ano, contada da data limite para a apresentação das propostas, adotando-se para tanto, a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE** para o período, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0)}{I_0} \cdot P$$

Onde:

R = reajuste procurado;

I = número índice relativo ao mês do reajuste;

I<sub>0</sub> = número índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta, no caso do primeiro reajuste, ou da data do fato gerador do último reajuste concedido, para os reajustes que se sucederem;

P = preço atual dos serviços

**20.2** A data do aniversário da proposta será sempre considerada como marco inicial do período de correção para os reajustes subsequentes, observado, quanto aos efeitos financeiros, o prazo decadencial previsto no subitem 20.5.



**20.3** O pedido deverá ser dirigido à fiscalização do contrato e deverá ser expresso quanto aos valores pretendidos, bem como, quanto à data a partir da qual se requer o reajuste.

**20.4** Os efeitos financeiros do reajuste poderão retroagir, conforme o pedido, até a data do aniversário da proposta, observados, ainda, os subitens subsequentes.

**20.5** O prazo decadencial para o requerimento do reajuste será de 60 (sessenta) dias, a contar do dia em que restar preenchido o requisito temporal para a sua concessão, consoante os subitens 20.1 e 20.2. Após o prazo estabelecido, os efeitos financeiros retroagirão, no máximo, até a data do pedido, a depender dos termos da solicitação da Contratada.

**20.6** A celebração de prorrogações contratuais quando já preenchido o requisito temporal para concessão de reajuste, sem que haja ressalva expressa a respeito pela Contratada, implicará preclusão lógica do direito de pleitear reajustes referentes aos períodos anteriores às prorrogações.

**20.7.** Também ocorrerá preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

## **XXI - DO PAGAMENTO**

**21.1** O pagamento à Contratada será realizado em parcela única.

**21.2** O pagamento será efetuado em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da apresentação do boleto bancário.

**21.2.1** Nos casos de que trata o § 3º, do art. 5º da Lei 8.666/93, os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

**21.2.3** Antes da entrega do boleto bancário à Contratante para pagamento, a Contratada deverá realizar seu cadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), devendo incluir no referido sistema a documentação necessária ao pagamento.

**21.2.4** A Contratada será responsável pelo pagamento de quaisquer multas aplicadas à Contratante quando do encaminhamento da nota fiscal após o prazo de envio à Receita Federal, bem como nos demais casos de eventuais atrasos causados pela Contratada, cabendo o recolhimento do valor da multa por GRU.

**21.3** Fica a Contratada ciente de que, quando da ocasião do pagamento, será verificado se as condições de habilitação estão mantidas.



**21.4** A Contratante poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento com as obrigações mencionadas no subitem 26.3.

**21.5** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação de despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, devendo, nessa hipótese, o prazo para pagamento ser iniciado após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**21.6** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, sendo que será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**21.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

**EM = N x VP x I, onde:**

**EM** = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

**N** = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela em atraso;

**I** = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:  $I = (6/100)/365$ .

**21.8** Fica a empresa vencedora ciente da obrigatoriedade de apresentação do Termo de Opção pelo Simples, quando assim couber, juntamente com a primeira nota fiscal, sem prejuízo de a empresa informar imediatamente à Contratante, a qualquer tempo, qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

**21.8.1** A declaração de que trata o *caput* poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**21.8.2** Caso a empresa vencedora deixe de apresentar o Termo de Opção pelo Simples, a Contratante verificará sua permanência no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional.

**21.8.3** Verificando-se que a empresa não consta do cadastro do Simples Nacional, após a consulta realizada na forma do subitem 21.8.2, a Contratante





procederá ao desconto no pagamento devido à empresa do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430 de 27/12/96.

**21.8.4** A empresa vencedora deverá apresentar novo Termo de Opção pelo Simples no caso de prorrogação da vigência contratual.

## **XXII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520 de 10/07/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais previstas na Lei 8.666/93, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa.

**22.2** A penalidade de multa será aplicada de acordo com a tabela abaixo:

GRAU		CORRESPONDÊNCIA	
1		0,2% sobre o valor do prêmio.	
2		0,4% sobre o valor do prêmio.	
3		0,8% sobre o valor do prêmio.	
4		1% sobre o valor do prêmio.	
5		1,5% sobre o valor do prêmio.	
6		2% sobre o valor do prêmio.	
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
	<b>CONDUTAS ESPECÍFICAS</b>		
1	Deixar de entregar o boleto bancário para pagamento no valor do prêmio no prazo de 5 dias úteis, contados da emissão da nota de empenho.	2	Por dia de atraso, limitado a 2%
2	Deixar de entregar ao Contratante a(s) apólice(s) de seguro, com os dados especificados de acordo com contrato, no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da quitação do boleto.	3	Por dia de atraso, limitado a 5%.
3	Deixar de apresentar a apólice corrigida ao Contratante no prazo de 5 dias úteis a contar da comunicação, no caso de desconformidade desse documento com o subitem 4.5.1, a ser apontada pelo fiscal do serviço.	3	Por dia de atraso, limitado a 5%.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO



4	Deixar de efetuar o pagamento de indenização aos proprietários dos respectivos imóveis dentro do prazo máximo de 30 dias, contados a partir da entrega dos documentos solicitados pela seguradora.	5	Por dia de atraso, limitado a 10%.
<b>CONDUTAS GERAIS</b>			
1	Dificultar a comunicação com o preposto da empresa por falta de contato com o número de telefone/e-mail fornecido.	2	Por mês de ocorrência.
2	Recusar-se, injustificadamente, a executar serviço previsto no Documento de Referência/contrato.	5	Por serviço recusado.
3	Deixar de cumprir, injustificadamente, determinação formal ou instrução complementar do gestor ou fiscais do contrato.	2	Por descumprimento.
4	Entregar com atraso e de forma injustificada os esclarecimentos formais solicitados pela gestão/fiscalização do contrato.	1	Por dia, limitado a 1%.
5	Deixar de comunicar ao gestor/fiscal do contrato qualquer anormalidade referente à execução dos serviços.	2	Por fato não comunicado.
6	Deixar de iniciar, injustificadamente, a execução de serviço nos prazos estabelecidos no Documento de Referência ou, se for o caso, determinados pela gestão/fiscalização do contrato.	2	Por descumprimento ou por dia, conforme o caso, limitado a 2%.
7	Deixar de zelar pelas instalações do Contratante.	2	Por fato gerador.
8	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus funcionários.	2	Por fato ou material, conforme o caso.
9	Suspender ou interromper a execução dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior.	6	Por dia, limitado a 5%.
10	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do Contrato.	4	Por mês que verificada a ocorrência.
11	Deixar de manter as condições de habilitação para a contratação.	4	Por mês de ocorrência.
12	Descumprir quaisquer outras obrigações previstas no Documento de Referência, que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir do segundo registro do	2	Por mês de ocorrência ou fato gerador, conforme o caso.



	acontecimento de mesma natureza.		
<b>MULTAS POR ATRASO NO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E POR INEXECUÇÃO PARCIAL OU TOTAL</b>			
1	Atrasar o início da prestação do serviço contratado, limitado a 15 dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração poderá ser configurada a inexecução total da obrigação.	0,5%, por dia, sobre o valor da apólice do seguro.	
2	Atrasar o início da prestação do serviço contratado, em prazo superior a 15 dias, no caso de a Administração, segundo critério de conveniência e oportunidade, entender razoável o prosseguimento da execução do objeto.	10% sobre o valor da apólice do seguro.	
3	<b>Inexecução parcial.</b> Entendendo-se como qualquer ato promovido pela Contratada que implique a descontinuidade dos serviços.	10% sobre o valor da apólice do seguro.	
4	<b>Inexecução total.</b>	Até 30% sobre o valor da apólice do seguro.	

**22.3** Sujeita-se também a contratada às penalidades previstas nos incisos I e III do Art. 87, da Lei 8.666/93.

**22.4** O procedimento administrativo, para apurar a existência de fatos ensejadores de aplicação de penalidades, será regido pelo Ato nº 18/2017 da Presidência do TRT da 1ª Região.

**22.5** Na forma o Ato nº 18/2017 da Presidência deste TRT, o valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será deduzido dos créditos futuros da contratada ou, se inviabilizado, cobrado por meio de GRU. Inviabilizada a dedução e havendo inadimplemento da GRU, será executada a garantia de execução contratual. Não se efetivando o pagamento por um dos meios anteriores, serão adotadas as providências inerentes à inscrição em dívida ativa.

**22.5.1** A Contratada autoriza o TRT/RJ a descontar das faturas devidas, os valores correspondentes às multas aplicadas.

**22.6** As sanções previstas nos itens 22.1 e 22.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

**22.7** É vedado elevar arbitrariamente os preços, vender, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada, entregar uma mercadoria por outra, alterar



substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida, tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato, conforme previsto no art. 337-L, do Decreto-lei nº 2.848/40 (Código Penal), sujeitando-se o infrator à pena de reclusão, de 04 (quatro) a 08 (oito) anos e multa, sem prejuízo das sanções acima elencadas.

### **XXIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1** Fica ressalvado ao TRT o direito de, por provocação ou de ofício, em razão de ilegalidade, anular, no todo ou em parte, ou revogar por interesse público a presente Licitação, bem como aumentar ou suprimir o valor da presente aquisição, dentro dos limites fixados, em conformidade com os arts. 49 e 65, §§ 1º e 2º, ambos da Lei 8.666/93.

**23.2** Fica o licitante ciente da obrigatoriedade de declarar quaisquer fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

**23.3** A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

**23.4 Não será permitida a subcontratação, conforme item 5.0 do termo de referência.**

**23.5** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso da Assessoria de Licitação e Agentes de Contratação.

**23.6** Quaisquer esclarecimentos e/ou alterações serão comunicados por meio do site do TRT - [www.trt1.jus.br](http://www.trt1.jus.br) e [www.compras.gov.com.br](http://www.compras.gov.com.br). As retificações, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes.

**23.7** O sistema eletrônico produzirá, automaticamente, ata circunstanciada da sessão pública imediatamente após seu encerramento, a qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal – *Compras.gov* e nela serão registradas as ocorrências relevantes.

**23.8** O resultado desta licitação será divulgado no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e publicado na Imprensa Oficial.



**23.9** Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2023.

Leonardo do Nascimento Lopes dos Santos  
Diretor da Secretaria de Licitações e Contratos – SLC



#### ANEXO IV

Modelo de Declaração Referente Resolução CNJ nº 07/2005

Ref.: Pregão nº 55/2023

....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº....., e do CPF nº....., DECLARA que não tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e que não promoverá a inclusão em seu quadro profissional durante toda a execução contratual, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

.....  
(data)

.....  
(representante)





## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 55/2023

**DECLARO** não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016 e da Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021.

**DECLARO** não ter sido condenada por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. nº 29 e 105.

.....  
(data)

.....  
(representante)



## **DIVISÃO DE CONTRATOS E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA - DICOD**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Objeto: Contratação de serviço de seguro  
para cobertura dos imóveis utilizados pelo  
TRT da 1ª Região.**

**Processo: 16096/2023.**



## **1.0 OBJETO:**

**1.1** Visa o presente Termo de Referência a detalhar os elementos necessários à contratação de serviço de seguro para cobertura dos imóveis utilizados pelo TRT da 1ª Região (CNPJ 02.578.421/0001-20), conforme detalhado a seguir, por intermédio da modalidade licitatória “PREGÃO”, na forma da Lei nº 8.666/93, da Lei 10.520/02, Decreto 3.555/00 e Decreto 10.024/19.

**1.2** O objeto da contratação enquadra-se na definição de serviço comum, de acordo com o art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/02.

**1.3** As atividades decorrentes dos serviços a serem contratados não se confundem com as inerentes às categorias funcionais da Contratante.

**1.4** A presente contratação deverá observar o disposto nas Circulares SUSEP nº 620/2020 e nº 621/2021.

## **2.0 REGIME DA CONTRATAÇÃO:**

**2.1** A contratação será em regime de empreitada por preço global.

## **3.0 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

**3.1** O futuro contrato de seguro tem por objetivo garantir ao segurado, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, o recebimento de indenização no caso de ocorrência de eventos previstos e cobertos pelo seguro, respeitando-se as importâncias seguradas para cada cobertura e as condições estabelecidas nas coberturas contratadas.

**3.2** Justifica-se a presente contratação em função da proximidade do encerramento do contrato com a empresa especializada na prestação de serviço de seguro, SOMPO Seguros S.A., cuja vigência está compreendida entre 24 horas do dia 23/12/2022 e 24 horas 23/03/2024, conforme apólice em vigor.

**3.3** Em linhas gerais, seguro, seja obrigatório ou contratual, é a relação jurídica por meio da qual há transferência de um prejuízo potencial, decorrente de um risco (evento danoso em potencial, ou seja, em evento futuro e incerto causador de prejuízo), do segurado à seguradora, mediante pagamento em dinheiro (prêmio). Na ocorrência efetiva do sinistro, é devido ao segurado o pagamento de uma indenização, por parte da seguradora, correspondente ao prejuízo sofrido, em sua totalidade ou não, conforme se tenha contratado. Assim, o que se busca é a criação de uma garantia contra um risco. Esta é a motivação do adquirente do imóvel: segurança econômica e

jurídica.

**3.4** No artigo 15, parágrafo único, da IN nº 05/2017 - MPDG tem-se a definição de serviços prestados de forma continuada, que são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro. A preservação do patrimônio público é um dever permanente da Administração, que não pode por em risco de perda ou deterioração os bens de sua titularidade, podendo ser considerada a prestação securitária como uma necessidade contínua.

#### **4.0. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

##### **4.1 Dos Imóveis:**

**4.1.1** Os 31 (trinta e um) imóveis utilizados pela Contratante, objeto da presente contratação, encontram-se listados no Anexo I.

**4.1.2** Os imóveis a serem segurados são utilizados pela Contratante no desenvolvimento de suas atividades judiciais e administrativas, servindo ao funcionamento das seguintes unidades: Varas Trabalhistas, Fóruns, Arquivos Judiciais, Depósito de Materiais e Órgãos Administrativos, conforme discriminado na planilha do Anexo I.

**4.1.3** O Edifício Sede da Contratante, Fórum Ministro Arnaldo Sussekind, localizado na Av. Antônio Carlos, nº 251, Centro, Rio de Janeiro (item 23 do Anexo I) trata-se de imóvel tombado, conforme Processo E18/001.539/98 do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC-RJ), em 09/12/1998.

**4.1.4** O Passadiço Cultural, localizado na Rua do Lavradio, nº 110, Lapa, Rio de Janeiro (item 24 do Anexo I) trata-se de imóvel público municipal tombado pelo Patrimônio Histórico Cultural, descrito na matrícula 04.604 do 2º Ofício de Registro de Imóveis, o qual teve restauradas sua fachada e paredes e construída uma servidão de passagem coberta entre os prédios localizados na Rua do Lavradio, nº 132 e Av. Gomes Freire nº 471, Lapa, Rio de Janeiro.

**4.1.5** O Fórum Advogado Eugênio Roberto Hadock Lobo, localizado na Av. Gomes Freire, nº 471, Lapa, Rio de Janeiro (item 18 do Anexo I) encontra-se incluído como área de proteção do ambiente cultural da cidade do Rio de Janeiro, conforme publicado no Diário Oficial do município do Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1992 e que a referida preservação do revestimento, elementos decorativos, estatutárias, luminárias, portas e escadarias devem estar em consonância com as especificações previstas no Decreto Municipal 11.883/92.

**4.1.6** A seguradora deverá responder pelos valores referentes à reconstrução da edificação, excluída a indenização pelos custos ou despesas relativas à restauração das particularidades arquitetônicas, assim como pelos prejuízos decorrentes da depreciação artística do valor dos imóveis tombados, em razão do alto valor que seria conferido ao prêmio de seguro.

#### **4.2 Das Coberturas:**

**4.2.1** Será garantido o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos adiante discriminados.

##### **4.2.2 Cobertura Básica:**

**a)** Incêndio: 100% (cem por cento) do valor de avaliação para cada imóvel, conforme relacionado no Anexo I;

**b)** Queda de raio: dentro da área onde estiverem localizados os bens, 100% (cem por cento) do valor de avaliação para cada imóvel, conforme relacionado no Anexo I;

**c)** Explosão de qualquer natureza: 100% (cem por cento) do valor de avaliação para cada imóvel, conforme relacionado no Anexo I;

**d)** Queda de aeronave: 100% (cem por cento) do valor de avaliação para cada imóvel, conforme relacionado no Anexo I.

**4.2.2.1** A forma de contratação da Cobertura Básica para imóveis com valor de avaliação menor ou igual a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) será 1º Risco Absoluto.

**4.2.2.2** A forma de contratação da Cobertura Básica para imóveis com valor de avaliação superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) será 1º Risco Relativo.

##### **4.2.3 Coberturas Acessórias:**

**a)** Vendaval, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e fumaça: 30% por cento (trinta por cento) do valor de avaliação para cada imóvel, conforme relacionado no Anexo I;

**b)** Tumultos, greves, lockout e atos dolosos: 10% (dez por cento) dos valores estimados para cada imóvel, conforme relacionado no Anexo I.

**c)** Danos elétricos: 10% (dez por cento) do valor do risco declarado em cada imóvel, conforme relacionado no Anexo I.

**4.2.3.1** Danos elétricos: Cobertura dos danos em instalações elétricas, máquinas e equipamentos eletroeletrônicos, inclusive os que compõem o sistema fotovoltaico, em caso de curtos-circuitos, variações anormais de tensões, descargas elétricas e danos causados por queda de raio.

**4.2.3.2** A forma de contratação da Cobertura Acessória será do tipo 1º Risco Absoluto.

#### **4.3 Das Franquias:**

**4.3.1** Cobertura Básica: 10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo não superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

**4.3.2** Coberturas Acessórias: 10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo não superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

#### **4.4 Da Apuração do Sinistro:**

**4.4.1** No caso de sinistro, será realizada vistoria em conjunto, por pessoal técnico indicado pelas partes, visando à elaboração de laudo circunstanciado, para sua regulação e respectiva liquidação.

#### **4.5 Da Apólice:**

**4.5.1** A Apólice de Seguro adotada pela licitante vencedora deverá conter:

- a) a discriminação por item dos imóveis cobertos pelo seguro, cujos valores em riscos constam no Anexo I;
- b) o valor do prêmio por item e sua totalização;
- c) a discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado, que poderá estar inclusa nas condições gerais do seguro, desde que devidamente detalhados.

#### **4.6 Dos Acréscimos e Supressões:**

**4.6.1** Serão possíveis acréscimos e supressões contratuais, desde que justificados e dentro dos limites previstos na Lei nº 8.666/1993.

### **5.0 SUBCONTRATAÇÃO:**

**5.1** A Contratada não poderá transferir a terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada.

### **7.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**7.1** Indicar, na data de apresentação do boleto bancário para pagamento, nome e telefone do profissional que atuará como preposto na forma do art. 68 da Lei nº 8.666/93.

**7.2** Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas.

**7.3** Comunicar imediatamente quaisquer irregularidades que possam comprometer a eficiência, responsabilidade e qualidade dos serviços, dando ciência à fiscalização do contrato, por escrito, para a adoção das providências cabíveis.

**7.4** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do contrato em





tempo nunca superior a 02 (dois) dias úteis, salvo por motivo justo e comprovadamente alheio à vontade da Contratada.

**7.5** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, no que couber e sempre que solicitado, os documentos que comprovem as condições inerentes à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, em consonância com a legislação vigente.

**7.6** Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos à Contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

**7.7** Usar mão de obra capacitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade.

**7.8** Elaborar e implementar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) , de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

**7.9** Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

**7.10** A Contratada deverá manter durante toda vigência do contrato, as seguintes condições:

**a)** Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016, e da Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021;

**b)** Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. 29 e 105.

**7.11** As empresas com cem ou mais empregados em seu quadro devem observar o disposto no art. 93 da Lei 8.213/91 e no art. 36 do Decreto 3.298/99, que determinam o preenchimento de dois a cinco por cento dos cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, incluindo pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis.

**7.11.1** O percentual será definido proporcionalmente ao número total de empregados da empresa na forma do art. 36, observando-se que, após a definição do percentual aplicável, este deverá incidir sobre o quantitativo de profissionais alocados para o contrato a ser celebrado com a Contratante.

**7.11.1.1** O percentual de reserva de vagas será feito obedecendo à seguinte proporção:

- a)** para empresas cujo número total de empregados varie de 100 a 200, será observado o percentual de 2%;
- b)** para empresas cujo número total de empregados varie de 201 a 500, será observado o percentual de 3%;
- c)** para empresas cujo número total de empregados varie de 501 a 1000, será observado o percentual de 4%;
- d)** para empresas cujo número total de empregados supere a 1000, será observado o percentual de 5%.

**7.11.1.1.1** Em caso de fracionamento do número dessas vagas, haverá a elevação deste número para o primeiro número inteiro subsequente. Ressalte-se que essa reserva nunca será inferior a uma vaga.

**7.11.1.2** A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições a que se refere o subitem 7.11.1, devendo comprová-las sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, sob pena de rescisão contratual.

**7.11.1.3** Deverá ser realizada, antes da ocorrência do primeiro pagamento (ou único, se for o caso), a comprovação quanto ao cumprimento da política de empregabilidade a que se refere o subitem 7.11.

**7.11.1.4** A comprovação mencionada no subitem 7.11.1.3 poderá ser realizada por meio da apresentação da Certidão de Contratação de Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social (CDCIT).

**7.11.1.5** Não se comprovando o atendimento à reserva legal de cargos na forma exposta, a fiscalização do contrato iniciará o procedimento de aplicação de penalidade e procederá, na sequência de sua aplicação, à notificação do descumprimento aos seguintes órgãos:

- a)** Seção de Fiscalização do Trabalho (SFISC);
- b)** Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro;
- c)** Departamento de Fiscalização do Trabalho (DEFIT);
- d)** Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT);
- e)** Secretaria de Trabalho (STRAB).

**7.12** A Contratada deverá observar os termos da Resolução Administrativa nº 09/2022, exarada pela Presidência do TRT da 1ª Região, a qual institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Contratante.

**7.13** Entregar o boleto bancário para pagamento no valor do prêmio total, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da Nota de Empenho.

**7.14** Entregar à Contratante a(s) apólice(s) de seguro, com os dados corretamente especificados de acordo com o subitem 4.5.1, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da quitação do boleto, sob pena de multa de 0,3% ao dia, sobre o valor do empenho até o efetivo cumprimento da obrigação.

**7.15** Apresentar a apólice corrigida à Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação, no caso de desconformidade desse documento com o subitem 4.5.1, a ser apontada pelo fiscal do serviço.

**7.16** Registrar a apólice do seguro contratado junto a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**7.17** Efetuar o pagamento de indenização aos proprietários dos respectivos imóveis dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos documentos solicitados pela seguradora, até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**7.18** Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações e procedimentos relativos ao funcionamento da prestação de serviço de seguro objeto desta especificação.

## **8.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**8.1** São obrigações da Contratante as resultantes da observância da Lei 8.666/93 e as descritas nos subitens abaixo.

**8.2** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações da apólice, do edital e seus anexos, especialmente do termo de referência.

**8.3** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**8.4** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

**8.5** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

**8.6** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma da apólice.

**Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2023.**



ANEXO I - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS										
ITEM	LOCAL	ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	CUB	VALOR ESTIMADO DO IMÓVEL ATUAL	INCÊNDIO, RAI0, EXPLOSÃO E QUEDA DE AERONAVE Valor total do imóvel	VENDAVAL ATÉ FUMAÇA (EXCETO QUEDA DE AERONAVE) 30% do valor total do imóvel	TUMULTOS, GREVES, LOCKOUT E ATOS DOLOSOS 10% do valor total do imóvel	VALOR EM RISCO DECLARADO - MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	DANOS ELÉTRICOS 10% do valor em risco declarado	PRÊMIO
1	ANGRA DOS REIS - Rua Álvaro Pessoa, nº 172, Centro, Angra dos Reis, RJ, CEP: 23900-050	316,21	2.623,10	R\$ 1.293.942,70	R\$ 1.293.942,70	388.182,81	129.394,27	182.984,07	18.298,41	R\$ 415,69
2	ARARUAMA - Rua Juiz César Marques Carvalho, nº 200, Centro, Araruama, CEP.: 28970-000	379,02	3.275,74	R\$ 1.936.850,72	R\$ 1.936.850,72	581.055,22	193.685,07	180.461,78	18.046,18	R\$ 605,10
3	BARRA DO PIRAÍ - Rua Acker Arthur Cataldi, nº 5, antiga Rua Senador Arlindo Rodrigues, Centro, Barra do Piraí, CEP.: 27135-340	360,44	2.623,10	R\$ 1.474.933,46	R\$ 1.474.933,46	442.480,04	147.493,35	179.028,54	17.902,85	R\$ 473,82
4	CABO FRIO - Avenida Poeta Vitorino Carriço, nº 331, Jardim Olinda, Cabo Frio, RJ, CEP.: 28911-070	1.617,90	2.370,82	R\$ 5.983.769,50	R\$ 5.983.769,50	1.795.130,85	598.376,95	465.344,62	46.534,46	R\$ 2.142,89
5	ITABORAÍ - Av. 22 de Maio, Quadra 05, Lotes 05 e 06, Nancilândia, Itaboraí, RJ, CEP.: 24801-088	345,39	3.275,74	R\$ 1.764.996,23	R\$ 1.764.996,23	529.498,87	176.499,62	NÃO INFORMADO	0,00	R\$ 551,42
6	ITAGUAÍ - Rua General Quintino Bocaiúva, nº 310, Centro, Itaguaí, RJ, CEP.: 23815-310	826,23	2.178,43	R\$ 2.807.819,38	R\$ 2.807.819,38	842.345,81	280.781,94	230.405,31	23.040,53	R\$ 877,55
7	ITAPERUNA – Rua Euclides Poubel de Lima, nº 276 , Vinhosa, Itaperuna, RJ, CEP.: 28300-000	1.194,17	2.370,82	R\$ 4.416.612,91	R\$ 4.416.612,91	1.324.983,87	441.661,29	219.302,81	21.930,28	R\$ 1.581,67
8	MACAÉ - Rua Projetada, 4, Pavimento único / Esquina com Rua Projetada nº 1, lote 3, quadra C, loteamento 267 / Fazenda Blanchete, Campos JudiciárioVirgem Santa - Macaé - RJ - 27948-010	870,37	2.370,82	R\$ 3.219.045,34	R\$ 3.219.045,34	965.713,60	321.904,53	562.801,71	56.280,17	R\$ 992,35
9	MAGÉ - Av. Comendador Reis, nº 91, Magé, RJ, CEP 25900-000	599,47	2.178,43	R\$ 2.037.209,35	R\$ 2.037.209,35	611.162,81	203.720,94	163.808,16	16.380,82	R\$ 630,35
10	NILÓPOLIS - Estrada Senador Salgado Filho, nº 44, Olinda, Nilópolis, RJ, CEP.: 26510-111	328,20	2.178,43	R\$ 1.115.338,73	R\$ 1.115.338,73	334.601,62	111.533,87	178.063,26	17.806,33	R\$ 348,59
11	NITERÓI- Rua Ernani do Amaral Peixoto,nº 232, Niterói, RJ, Cep.: 24020-075	5.625,28	3.155,29	R\$ 27.689.047,98	R\$ 27.689.047,98	8.306.714,39	2.768.904,80	1.269.988,71	126.998,87	R\$ 8.137,54
12	NITERÓI - Rua Dr. Celestino, nº 50, aptos 101, 201 e 301, Centro, Niterói, CEP.: 24020-090	845,88	2.178,43	R\$ 2.874.596,97	R\$ 2.874.596,97	862.379,09	287.459,70	135.073,90	13.507,39	R\$ 898,43
13	NOVA IGUAÇU-Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, nº 175, Centro, Nova Iguaçu, RJ, CEP.: 26210-190	3.875,77	2.370,82	R\$ 14.334.454,73	R\$ 14.334.454,73	4.300.336,42	1.433.445,47	1.286.111,05	128.611,11	R\$ 4.401,06
14	PETRÓPOLIS – Rua Plínio Leite, nº 55, Centro, Petrópolis, RJ, CEP.: 25620-200	636,80	2.370,82	R\$ 2.355.191,55	R\$ 2.355.191,55	706.557,47	235.519,16	11.886,76	1.188,68	R\$ 726,04
15	QUEIMADOS - Rua Camilo Cristofano, nº 255, Bairro Vila Camarim, Queimados, RJ, PMQ 3 - CEP.: 26.383-500	309,53	2.370,82	R\$ 1.144.790,27	R\$ 1.144.790,27	343.437,08	114.479,03	119.786,08	11.978,61	R\$ 352,91
16	RESENDE - Avenida Marcílio Dias, s/n, L:O, Jardim Jalisco, Resende, RJ, CEP.:27510-080	371,14	2.623,10	R\$ 1.518.718,24	R\$ 1.518.718,24	455.615,47	151.871,82	171.814,38	17.181,44	R\$ 468,18
17	RIO DE JANEIRO -Rua Rivadávia Corrêa, nº 163, Gamboa, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20220-290	662,62 647,02	2.178,43 1.222,44	R\$ 2.251.815,21 R\$ 1.233.871,28	R\$ 2.251.815,21 R\$ 1.233.871,28	675.544,56 370.161,38	225.181,52 123.387,13	33.518,58	3.351,86	R\$1.089,81
	SUBTOTAL	1.309,64	—	R\$ 3.485.686,49	R\$ 3.485.686,49	1.045.705,95	348.568,65			
18	RIO DE JANEIRO -Avenida Gomes Freire, nº 471, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20231-014	5.214,65	2.711,82	R\$ 22.060.259,77	R\$ 22.060.259,77	6.618.077,93	2.206.025,98	2.981.365,66	298.136,57	R\$8.087,97
19	RIO DE JANEIRO - Rua do Lavradio, nº 132, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20230-070	25.802,66	3.155,29	R\$ 127.007.205,11	R\$ 127.007.205,11	38.102.161,53	12.700.720,51	10.256.072,30	1.025.607,23	R\$37.937,41
20	RIO DE JANEIRO -Avenida Brasil, nº 891, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20940-070	249,36 583,53	2.178,43 1.222,44	R\$ 847.412,76 R\$ 1.112.795,44	R\$ 847.412,76 R\$ 1.112.795,44	254.223,83 333.838,63	84.741,28 111.279,54	23.245,72	2.324,57	R\$613,01
	SUBTOTAL	832,89	—	R\$ 1.960.208,20	R\$ 1.960.208,20	588.062,46	196.020,82			
21	RIO DE JANEIRO -Rua Major Fonseca, nº 51, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20920-040	351,21 700,21	2.178,43 1.222,44	R\$ 1.193.534,78 R\$ 1.335.304,95	R\$ 1.193.534,78 R\$ 1.335.304,95	358.060,44 400.591,49	119.353,48 133.530,50	169.438,74	16.943,87	R\$790,12
	SUBTOTAL	1.051,42	—	R\$ 2.528.839,74	R\$ 2.528.839,74	758.651,92	252.883,97			
22	RIO DE JANEIRO - Rua Mourão do Vale, nº 15, loja A, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20930-470(entrada carga e descarga)/ Rua General Bruce, nº 46 (entrada social)	3.558,91	2.178,43	R\$ 12.094.424,65	R\$ 12.094.424,65	3.628.327,39	1.209.442,46	178.904,76	17.890,48	R\$ 3.779,99
23	RIO DE JANEIRO (SEDE TRT) - Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 251, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20020-010	38.586,78	3.155,29	R\$ 189.933.870,46	R\$ 189.933.870,46	56.980.161,14	18.993.387,05	49.086.513,72	4.908.651,37	R\$ 58.864,25
24	RIO DE JANEIRO - Rua do Lavradio, nº 110, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20230-070 - Servidão de Passagem	287,05	1.222,44	R\$ 547.406,19	R\$ 547.406,19	164.221,86	54.740,62	17.130,02	1.713,00	R\$ 171,12
25	RIO DE JANEIRO - Avenida General Justo, 275 (Edifício Darcy Vargas), Bloco B, Castelo, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20021-130.	6.313,76	2.711,82	R\$ 26.709.977,80	R\$ 26.709.977,80	8.012.993,34	2.670.997,78	263.286,43	26.328,64	R\$ 8.233,96
26	SÃO GONÇALO - Rua Lourenço Abrantes, nº 59, Centro, São Gonçalo, RJ, CEP.: 24440-420	1.383,19	2.370,82	R\$ 5.115.699,44	R\$ 5.115.699,44	1.534.709,83	511.569,94	864.448,14	86.444,81	R\$ 1.808,04
27	SÃO GONÇALO - Rua Lourenço Abrantes, nº 41, Centro, São Gonçalo, RJ, CEP.: 24440-420	608,20	2.370,82	R\$ 2.249.415,05	R\$ 2.249.415,05	674.824,51	224.941,50	240.918,86	24.091,89	R\$ 693,43
28	SÃO JOÃO DE MERITI - Avenida Dr. Celso José de Carvalho, s/nº, Parque Barão do Rio Branco, São João de Meriti, RJ, CEP.: 25555-652	1.574,97	2.370,82	R\$ 5.824.993,79	R\$ 5.824.993,79	1.747.498,14	582.499,38	511.642,78	51.164,28	R\$ 2.086,03

ANEXO I - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

ITEM	LOCAL	ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	CUB	VALOR ESTIMADO DO IMÓVEL ATUAL	INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOSÃO E QUEDA DE AERONAVE Valor total do imóvel	VENDAVAL ATÉ FUMAÇA (EXCETO QUEDA DE AERONAVE) 30% do valor total do imóvel	TUMULTOS, GREVES, LOCKOUT E ATOS DOLOSOS 10% do valor total do imóvel	VALOR EM RISCO DECLARADO - MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	DANOS ELÉTRICOS 10% do valor em risco declarado	PRÊMIO
29	TERESÓPOLIS - Rua José Augusto da Costa - 53 - Centro.CEP 25953-160	374,56	3.275,74	R\$ 1.914.059,43	R\$ 1.914.059,43	574.217,83	191.405,94	156.627,18	15.662,72	R\$597,98
30	TRÊS RIOS - Rua Presidente Vargas, nº 475, Centro, Três Rios, RJ, CEP 25802-200	302,48	2.623,10	R\$ 1.237.759,05	R\$ 1.237.759,05	371.327,71	123.775,90	167.023,67	16.702,37	R\$397,62
31	VOLTA REDONDA - Rua 535, nº 897, Nossa Srª das Graças, Volta Redonda, RJ, CEP: 27295-480	1.183,01	2.370,82	R\$ 4.375.337,88	R\$ 4.375.337,88	1.312.601,36	437.533,79	481.208,51	48.120,85	R\$1.566,89
TOTAL GLOBAL									R\$ 150.321,22	





ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS PARA PREENCHIMENTO PELA ARREMATANTE										
ITEM	LOCAL	ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	CUB	VALOR ESTIMADO DO IMÓVEL ATUAL	INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOÇÃO E QUEDA DE AERONAVE Valor total do imóvel	VENDAVAL ATÉ FUMAÇA (EXCETO QUEDA DE AERONAVE) 30% do valor total do imóvel	TUMULTOS, GREVES, LOCKOUT E ATOS DOLOSOS 10% do valor total do imóvel	VALOR EM RISCO DECLARADO - MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	DANOS ELÉTRICOS 10% do valor em risco declarado	PRÊMIO
1	ANGRA DOS REIS - Rua Álvaro Pessoa, nº 172, Centro, Angra dos Reis, RJ, CEP: 23900-050	316,21	2.623,10	R\$ 1.293.942,70	R\$ 1.293.942,70	388.182,81	129.394,27	182.984,07	18.298,41	
2	ARARUAMA - Rua Juiz César Marques Carvalho, nº 200, Centro, Araruama, CEP.: 28970-000	379,02	3.275,74	R\$ 1.936.850,72	R\$ 1.936.850,72	581.055,22	193.685,07	180.461,78	18.046,18	
3	BARRA DO PIRAÍ - Rua Acker Arthur Cataldi, nº 5, antiga Rua Senador Arlindo Rodrigues, Centro, Barra do Piraí, CEP.: 27135-340	360,44	2.623,10	R\$ 1.474.933,46	R\$ 1.474.933,46	442.480,04	147.493,35	179.028,54	17.902,85	
4	CABO FRIO - Avenida Poeta Vitorino Carriço, nº 331, Jardim Olinda, Cabo Frio, RJ, CEP.: 28911-070	1.617,90	2.370,82	R\$ 5.983.769,50	R\$ 5.983.769,50	1.795.130,85	598.376,95	465.344,62	46.534,46	
5	ITABORAÍ - Av. 22 de Maio, Quadra 05, Lotes 05 e 06, Nancilândia, Itaboraí, RJ, CEP.: 24801-088	345,39	3.275,74	R\$ 1.764.996,23	R\$ 1.764.996,23	529.498,87	176.499,62	NÃO INFORMADO	0,00	
6	ITAGUAÍ - Rua General Quintino Bocaiúva, nº 310, Centro, Itaguaí, RJ, CEP.: 23815-310	826,23	2.178,43	R\$ 2.807.819,38	R\$ 2.807.819,38	842.345,81	280.781,94	230.405,31	23.040,53	
7	ITAPERUNA – Rua Euclides Poubel de Lima, nº 276 , Vinhosa, Itaperuna, RJ, CEP.: 28300-000	1.194,17	2.370,82	R\$ 4.416.612,91	R\$ 4.416.612,91	1.324.983,87	441.661,29	219.302,81	21.930,28	
8	MACAÉ - Rua Projetada, 4, Pavimento único / Esquina com Rua Projetada nº 1, lote 3, quadra C, loteamento 267 / Fazenda Blanchete, Campos JudiciárioVirgem Santa - Macaé - RJ - 27948-010	870,37	2.370,82	R\$ 3.219.045,34	R\$ 3.219.045,34	965.713,60	321.904,53	562.801,71	56.280,17	
9	MAGÉ - Av. Comendador Reis, nº 91, Magé, RJ, CEP 25900-000	599,47	2.178,43	R\$ 2.037.209,35	R\$ 2.037.209,35	611.162,81	203.720,94	163.808,16	16.380,82	
10	NILÓPOLIS - Estrada Senador Salgado Filho, nº 44, Olinda, Nilópolis, RJ, CEP.: 26510-111	328,20	2.178,43	R\$ 1.115.338,73	R\$ 1.115.338,73	334.601,62	111.533,87	178.063,26	17.806,33	
11	NITERÓI- Rua Ernani do Amaral Peixoto,nº 232, Niterói, RJ, Cep.: 24020-075	5.625,28	3.155,29	R\$ 27.689.047,98	R\$ 27.689.047,98	8.306.714,39	2.768.904,80	1.269.988,71	126.998,87	
12	NITERÓI - Rua Dr. Celestino, nº 50, aptos 101, 201 e 301, Centro, Niterói, CEP.: 24020-090	845,88	2.178,43	R\$ 2.874.596,97	R\$ 2.874.596,97	862.379,09	287.459,70	135.073,90	13.507,39	
13	NOVA IGUAÇU-Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, nº 175, Centro, Nova Iguaçu, RJ, CEP.: 26210-190	3.875,77	2.370,82	R\$ 14.334.454,73	R\$ 14.334.454,73	4.300.336,42	1.433.445,47	1.286.111,05	128.611,11	
14	PETRÓPOLIS – Rua Plínio Leite, nº 55, Centro, Petrópolis, RJ, CEP.: 25620-200	636,80	2.370,82	R\$ 2.355.191,55	R\$ 2.355.191,55	706.557,47	235.519,16	11.886,76	1.188,68	
15	QUEIMADOS - Rua Camilo Cristofano, nº 255, Bairro Vila Camarim, Queimados, RJ, PMQ 3 - CEP.: 26.383-500	309,53	2.370,82	R\$ 1.144.790,27	R\$ 1.144.790,27	343.437,08	114.479,03	119.786,08	11.978,61	
16	RESENDE - Avenida Márcilio Dias, s/n, L:O, Jardim Jalisco, Resende, RJ, CEP.:27510-080	371,14	2.623,10	R\$ 1.518.718,24	R\$ 1.518.718,24	455.615,47	151.871,82	171.814,38	17.181,44	
17	RIO DE JANEIRO -Rua Rivadávia Corrêa, nº 163, Gamboa, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20220-290	662,62 647,02	2.178,43 1.222,44	R\$ 2.251.815,21 R\$ 1.233.871,28	R\$ 2.251.815,21 R\$ 1.233.871,28	675.544,56 370.161,38	225.181,52 123.387,13	33.518,58	3.351,86	
	SUBTOTAL	1.309,64	—	R\$ 3.485.686,49	R\$ 3.485.686,49	1.045.705,95	348.568,65			
18	RIO DE JANEIRO -Avenida Gomes Freire, nº 471, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20231-014	5.214,65	2.711,82	R\$ 22.060.259,77	R\$ 22.060.259,77	6.618.077,93	2.206.025,98	2.981.365,66	298.136,57	
19	RIO DE JANEIRO - Rua do Lavradio, nº 132, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20230-070	25.802,66	3.155,29	R\$ 127.007.205,11	R\$ 127.007.205,11	38.102.161,53	12.700.720,51	10.256.072,30	1.025.607,23	
20	RIO DE JANEIRO -Avenida Brasil, nº 891, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20940-070	249,36 583,53	2.178,43 1.222,44	R\$ 847.412,76 R\$ 1.112.795,44	R\$ 847.412,76 R\$ 1.112.795,44	254.223,83 333.838,63	84.741,28 111.279,54	23.245,72	2.324,57	
	SUBTOTAL	832,89	—	R\$ 1.960.208,20	R\$ 1.960.208,20	588.062,46	196.020,82			
21	RIO DE JANEIRO -Rua Major Fonseca, nº 51, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20920-040	351,21 700,21	2.178,43 1.222,44	R\$ 1.193.534,78 R\$ 1.335.304,95	R\$ 1.193.534,78 R\$ 1.335.304,95	358.060,44 400.591,49	119.353,48 133.530,50	169.438,74	16.943,87	
	SUBTOTAL	1.051,42	—	R\$ 2.528.839,74	R\$ 2.528.839,74	758.651,92	252.883,97			
22	RIO DE JANEIRO - Rua Mourão do Vale, nº 15, loja A, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20930-470(entrada carga e descarga)/ Rua General Bruce, nº 46 (entrada social)	3.558,91	2.178,43	R\$ 12.094.424,65	R\$ 12.094.424,65	3.628.327,39	1.209.442,46	178.904,76	17.890,48	
23	RIO DE JANEIRO (SEDE TRT) - Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 251, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20020-010	38.586,78	3.155,29	R\$ 189.933.870,46	R\$ 189.933.870,46	56.980.161,14	18.993.387,05	49.086.513,72	4.908.651,37	
24	RIO DE JANEIRO - Rua do Lavradio, nº 110, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20230-070 - Servidão de Passagem	287,05	1.222,44	R\$ 547.406,19	R\$ 547.406,19	164.221,86	54.740,62	17.130,02	1.713,00	
25	RIO DE JANEIRO - Avenida General Justo, 275 (Edifício Darcy Vargas), Bloco B, Castelo, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20021-130.	6.313,76	2.711,82	R\$ 26.709.977,80	R\$ 26.709.977,80	8.012.993,34	2.670.997,78	263.286,43	26.328,64	
26	SÃO GONÇALO - Rua Lourenço Abrantes, nº 59, Centro, São Gonçalo, RJ, CEP.: 24440-420	1.383,19	2.370,82	R\$ 5.115.699,44	R\$ 5.115.699,44	1.534.709,83	511.569,94	864.448,14	86.444,81	
27	SÃO GONÇALO - Rua Lourenço Abrantes, nº 41, Centro, São Gonçalo, RJ, CEP.: 24440-420	608,20	2.370,82	R\$ 2.249.415,05	R\$ 2.249.415,05	674.824,51	224.941,50	240.918,86	24.091,89	
28	SÃO JOÃO DE MERITI - Avenida Dr. Celso José de Carvalho, s/nº, Parque Barão do Rio Branco, São João de Meriti, RJ, CEP.: 25555-652	1.574,97	2.370,82	R\$ 5.824.993,79	R\$ 5.824.993,79	1.747.498,14	582.499,38	511.642,78	51.164,28	



ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS PARA PREENCHIMENTO PELA ARREMATANTE										
ITEM	LOCAL	ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	CUB	VALOR ESTIMADO DO IMÓVEL ATUAL	INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOSÃO E QUEDA DE AERONAVE Valor total do imóvel	VENDAVAL ATÉ FUMAÇA (EXCETO QUEDA DE AERONAVE) 30% do valor total do imóvel	TUMULTOS, GREVES, LOCKOUT E ATOS DOLOSOS 10% do valor total do imóvel	VALOR EM RISCO DECLARADO - MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	DANOS ELÉTRICOS 10% do valor em risco declarado	PRÊMIO
29	TERESÓPOLIS - Rua José Augusto da Costa - 53 - Centro.CEP 25953-160	374,56	3.275,74	R\$ 1.914.059,43	R\$ 1.914.059,43	574.217,83	191.405,94	156.627,18	15.662,72	
30	TRÊS RIOS - Rua Presidente Vargas, nº 475, Centro, Três Rios, RJ, CEP 25802-200	302,48	2.623,10	R\$ 1.237.759,05	R\$ 1.237.759,05	371.327,71	123.775,90	167.023,67	16.702,37	
31	VOLTA REDONDA - Rua 535, nº 897, Nossa Srª das Graças, Volta Redonda, RJ, CEP: 27295-480	1.183,01	2.370,82	R\$ 4.375.337,88	R\$ 4.375.337,88	1.312.601,36	437.533,79	481.208,51	48.120,85	
									TOTAL GLOBAL	R\$ 0,00



ANEXO III - SINISTRALIDADE E MEDIDAS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO														
ITEM	LOCAL	UTILIZAÇÃO	GUARDA DE PROCESSO JUDICIAIS FISICOS - PERMANENTE E PROVISÓRIOS	ALMOXARIFADO / DEPÓSITO	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	EXISTÊNCIA DE ISOPAINEIS	EM REFORMA/ OBRA	SISTEMA DE DETECÇÃO E/OU ALARME DE INCÊNDIO	SPRINKLERS	EXTINTORES E MANGUEIRAS DE INCÊNDIO	BRIGADA DE INCÊNDIO	SINISTRALIDADE NOS ÚLTIMOS 5 ANOS	SINISTRALIDADE NOS ÚLTIMOS12 MESES	GUARDA DE ARMAS E/OU MUNIÇÕES
1	ANGRA DOS REIS - Rua Álvaro Pessoa, nº 172, Centro, Angra dos Reis, RJ, CEP: 23900-050	1ª Vara do Trabalho de Angra dos Reis	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
2	ARARUAMA - Rua Juiz César Marques Carvalho, nº 200, Centro, Araruama, CEP.: 28970-000	1ª Vara do Trabalho de Araruama	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
3	BARRA DO PIRAI - Rua Acker Arthur Cataldi, nº 5, antiga Rua Senador Arlindo Rodrigues, Centro, Barra do Piraí, CEP.: 27135-340	1ª Vara do Trabalho de Barra do Piraí	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
4	CABO FRIO - Avenida Poeta Vitorino Carriço, nº 331, Jardim Olinda, Cabo Frio, RJ, CEP.: 28911-070	1ª e 2ª Varas do Trabalho de Cabo Frio	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
5	ITABORAÍ - Av. 22 de Maio, Quadra 05, Lotes 05 e 06, Nancilândia, Itaboraí, RJ, CEP.: 24801-088	Antiga instalação da 1ª VT/Itaborai. Aguardando término do projeto para execução da obra para instalação das 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Itaboraí	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
6	ITAGUAÍ - Rua General Quintino Bocaiúva, nº 310, Centro, Itaguaí, RJ, CEP.: 23815-310	1ª e 2ª Varas do Trabalho de Itaguaí	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
7	ITAPERUNA – Rua Euclides Poubel de Lima, nº 276 , Vinhosa, Itaperuna, RJ, CEP.: 28300-000	1ª Vara do Trabalho de Itaperuna	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
8	MACAÉ - Rua Projetada, 4, Pavimento único / Esquina com Rua Projetada nº 1, lote 3, quadra C, loteamento 267 /Fazenda Blanchete, Campos JudiciárioVirgem Santa - Macaé - RJ - 27948-010	1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Macaé	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
9	MAGÉ - Av. Comendador Reis, nº 91, Magé, RJ, CEP 25900-000	1ª Vara do Trabalho de Magé	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
10	NILÓPOLIS - Estrada Senador Salgado Filho, nº 44, Olinda, Nilópolis, RJ, CEP.: 26510-111	Vara do Trabalho de Nilópolis	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
11	NITERÓI- Rua Ernani do Amaral Peixoto,nº 232, Niterói, RJ, Cep.: 24020-075	1ª a 8ª Varas do Trabalho de Niterói	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
12	NITERÓI - Rua Dr. Celestino, nº 50, aptos 101, 201 e 301, Centro, Niterói, CEP.: 24020-090	Arquivo Judicial - SECTAR 3	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
13	NOVA IGUAÇU-Rua Dr. Athayde Pimenta de Moraes, nº 175, Centro, Nova Iguaçu, RJ, CEP.: 26210-190	1ª a 7ª Varas do Trabalho de Nova Iguaçu	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
14	PETRÓPOLIS – Rua Plínio Leite, nº 55, Centro, Petrópolis, RJ, CEP.: 25620-200	1ª e 2ª Varas do Trabalho de Petrópolis	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
15	QUEIMADOS - Rua Camilo Cristófano, nº 255, Bairro Vila Camarim, Queimados, RJ, PMQ 3 - CEP.: 26.383-500	1ª Vara do Trabalho de Queimados	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
16	RESENDE - Avenida Marcílio Dias, s/n, L:O, Jardim Jalisco, Resende, RJ, CEP.:27510-080	1ª e 2ª Varas do Trabalho de Resende	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-NÃO MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
17	RIO DE JANEIRO -Rua Rivadávia Corrêa, nº 163, Gamboa, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20220-290	Depósito de Desfazimento - DDESf	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
18	RIO DE JANEIRO -Avenida Gomes Freire, nº 471, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20231-014	Varas do Trabalho da Capital	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	EXT-SIM MANG-SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
19	RIO DE JANEIRO - Rua do Lavradio, nº 132, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20230-070	Varas do Trabalho da Capital	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	EXT-SIM MANG-SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
20	RIO DE JANEIRO -Avenida Brasil, nº 891, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20940-070	Depósito Judicial	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
21	RIO DE JANEIRO -Rua Major Fonseca, nº 51, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20920-040	Depósito de Desfazimento - DDESf	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
22	RIO DE JANEIRO - Rua Mourão do Vale, nº 15, loja A, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20930-470(entrada carga e descarga)/ Rua General Bruce, nº 46 (entrada social)	Arquivo Judicial - SECTAR 2	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO



ANEXO III - SINISTRALIDADE E MEDIDAS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO														
ITEM	LOCAL	UTILIZAÇÃO	GUARDA DE PROCESSO JUDICIAIS FÍSICOS - PERMANENTE E PROVISÓRIOS	ALMOXARIFADO / DEPÓSITO	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	EXISTÊNCIA DE ISOPAINAIS	EM REFORMA/ OBRA	SISTEMA DE DETECÇÃO E/OU ALARME DE INCÊNDIO	SPRINKLERS	EXTINTORES E MANGUEIRAS DE INCÊNDIO	BRIGADA DE INCÊNDIO	SINISTRALIDADE NOS ÚLTIMOS 5 ANOS	SINISTRALIDADE NOS ÚLTIMOS12 MESES	GUARDA DE ARMAS E/OU MUNIÇÕES
23	RIO DE JANEIRO (SEDE TRT) - Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 251, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20020-010	Edifício Sede do TRT da 1ª Região - unidades administrativas e judiciárias	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	EXT-SIM MANG-SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
24	RIO DE JANEIRO - Rua do Lavradio, nº 110, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20230-070 - Servidão de Passagem	Servidão de Passagem entre as Ruas do Lavradio e Gomes Freire	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-NÃO MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
25	RIO DE JANEIRO - Avenida General Justo, 275 (Edifício Darcy Vargas), Bloco B, Castelo, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20021-130.	Divisão de Material de Consumo - DIMAC, Núcleo de Inteligência Policial - NINTE e Seção de Contraineligência Policial	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	EXT-SIM MANG-SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
26	SÃO GONÇALO - Rua Lourenço Abrantes, nº 59, Centro, São Gonçalo, RJ, CEP.: 24440-420	1ª a 3ª Varas do Trabalho de São Gonçalo	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
27	SÃO GONÇALO - Rua Lourenço Abrantes, nº 41, Centro, São Gonçalo, RJ, CEP.: 24440-420	4ª a 6ª Varas do Trabalho de São Gonçalo	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
28	SÃO JOÃO DE MERITI - Avenida Dr. Celso José de Carvalho, s/nº, Parque Barão do Rio Branco, São João de Meriti, RJ, CEP.: 25555-652	1ª a 3ª Varas do Trabalho de São João de Meriti	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
29	TERESÓPOLIS - Rua José Augusto da Costa - 53 - Centro.CEP 25953-160	Vara do Trabalho de Teresópolis	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
30	TRÊS RIOS - Rua Presidente Vargas, nº 475, Centro, Três Rios, RJ, CEP 25802-200	Vara do Trabalho de Três Rios	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
31	VOLTA REDONDA - Rua 535, nº 897, Nossa Srª das Graças, Volta Redonda, RJ, CEP: 27295-480	1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Volta Redonda	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	EXT-SIM MANG-NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

